(José Manuel Jara)

A presença dos estudantes na luta pela liberdade tem forte expressão em todo o longo período de existência da ditadura fascista. O fascismo não conseguiu viver sossegado nas Universidades, nunca contando senão com um escasso apoio de estudantes aderentes ao regime. O "movimento estudantil", embora não se reduzindo ao movimento associativo tem aí a sua base fundamental, a sua ligação à grande massa dos estudantes universitários.

Sabe-se que a condição de estudante é transitória, um período de uns poucos de anos, uma geração breve. O movimento estudantil é permeável às influências da sociedade e das lutas populares, recetivo pela sua juventude a novas ideologias. As grandes lutas de 1962 (Lisboa) e 1969 (Coimbra) são momentos altos, envolvendo milhares e milhares de estudantes em luta pela **liberdade de reunião**, **associação**, **expressão e informação**, que foram severamente reprimidos com forte violência policial. A um período de grande ímpeto e pujança na luta, sucede a fase de refluxo, ditada por limites intrínsecos e pela repressão fascista.

Nos anos 40, ainda durante o período da guerra os estudantes de Lisboa e Coimbra fizeram greve contra o aumento de propinas e ainda em 1944 foi eleita uma lista democrática para a direção da AAC. Na euforia do pós-guerra os estudantes participaram em grandes manifestações da vitória contra o nazi-fascismo e as Associações de Estudantes tomaram um novo vigor concomitante com a criação do MUD Juvenil.

Esta dinâmica não deixou em paz o fascismo. Em Março de 1947, apesar da proibição governamental, várias associações de estudantes universitários de Lisboa e do Porto levaram a cabo comemorações do Dia do Estudante. A polícia invadiu as instalações da Faculdade de Medicina de Lisboa. No mesmo período a direção do MUD Juvenil é presa e são demitidos **26 professores universitários de várias faculdades**, entre os quais alguns dos seus grandes valores. A Associação de Estudantes de Medicina de Lisboa viria a ser definitivamente encerrada em 1953. As restrições à liberdade de formação de associações, tem maior expressão no Porto onde apenas foi legalizada a Associação de Farmácia e, por breve tempo, a de Belas Artes.

(José Manuel Jara)

Já em 1952 os estudantes universitários de Medicina, do Instituto Superior Técnico e de Belas Artes de Lisboa juntaram-se num protesto contra uma reunião do Pacto do Atlântico. São expulsos 15 estudantes de Belas Artes.

O âmbito do movimento estudantil, centrado embora principalmente na vida académica e na vida associativa com interesse para as amplas camadas de estudantes, não deixa de exprimir-se como uma vontade de plena cidadania democrática nos períodos eleitorais (1958, 1961, 1969 e 1973), que contam com ampla participação da juventude estudantil. Nesse sentido é de grande significado político o abaixo-assinado de Maio de 1959, subscrito por 402 estudantes das três academias reclamando o afastamento de Salazar.

Em 1956 o governo fascista dá à luz o decreto 40 900, visando controlar a atividade das associações de estudantes e restringir drasticamente o seu âmbito de ação. Em resposta, o Movimento Associativo a nível nacional fundamenta as suas razões de recusa da lei numa petição subscrita por três mil estudantes que é entregue em 6 de Janeiro de 1957 na Assembleia Nacional apoiada numa concentração de dois mil estudantes. O governo recua e suspende a ratificação do decreto.

A década de 60 é a das grandes lutas estudantis, lutas que mobilizaram milhares de estudantes, que os consciencializaram politicamente, que geraram dirigentes de grande valor e reforçaram a frente de luta pela democracia e contra o fascismo. O movimento associativo abriu-se à sociedade, à população de Lisboa, Coimbra e Porto, ao país, que pôde ver de forma transparente a verdadeira face repressiva, violenta e policial do regime fascista.

Em 1962 convém fixar a data de 24 de Março, uma Primavera anunciada. Grande luta pelo direito de reunião! Pelo direito ao convívio e à festa coletiva do Dia do Estudante. Previamente fora proibida a reunião de 9 a 11 de Março do Primeiro Encontro Nacional de Estudantes em Coimbra. No dia 24 de Março a proibição da comemoração nacional do Dia do Estudante é consumada pela invasão policial da Cidade Universitária e pelo encerramento da cantina. O plenário de estudantes reunido no Estádio Universitário é varrido por cargas policiais. Em 25 de Março os líderes estudantis reunidos na RIA (no órgão "reunião interassociações") decretam o luto

(José Manuel Jara)

académico, a greve às aulas a partir de 26 de Março. Demissão do Reitor. Sucessivas cargas policiais, atentando contra o direito de reunião. Em 13 de Abril o MEN suspende as direções das associações de estudantes de Lisboa e proíbe as atividades das Próassociações de Letras, Medicina e Belas Artes. Suspende no início de Maio a direção da AAC e revoga parte dos Estatutos. Em Lisboa **luto académico** total com greve às aulas, frequências e exames. Em 9 de Maio, greve da fome de 80 estudantes na Cantina da Cidade Universitária. Mil e quinhentos estudantes solidários ocupam as instalações. Invasão policial da cantina e prisões em massa na madrugada de 11 de Maio. Prisões de dirigentes associativos. Em Junho, penas de expulsão a estudantes de Coimbra e Lisboa.

A luta estudantil converge neste ano com grandes movimentações populares por todo o país. A repressão acaba por fazer recuar a luta. Mas o regime ficou abalado. Nos anos subsequentes a repressão irá ser seletiva, atingindo no essencial a organização estudantil do Partido Comunista Português em Lisboa (1965).

O Movimento Associativo tem uma nova grande luta já no fim da década de 60, desta vez com expressão máxima em Coimbra. A AAC depois de um interregno em que é gerida por uma CA volta a ser dirigida em 7 de Março de 1969 por uma direção eleita por um processo democrático e mobilizador de organismos autónomos de estudantes e da massa estudantil. Retoma do movimento. Objetivos consagrados, a melhoria das condições pedagógicas, a aplicação prática de direitos democráticos, incluindo o de ver representados os estudantes nos órgãos académicos. A **data de 17 de Abril** deve ser retida.

Na inauguração do edifício das Matemáticas com a presença do PR e de elementos do Governo é recusada a palavra ao presidente da AAC. Está despoletado o processo em resposta à infame recusa da liberdade de expressão ao representante dos estudantes. Protestos justos são reprimidos. Em 18 de Abril o Presidente da AAC é preso, depois é libertado. O MEN suspende oito estudantes dos órgãos diretivos da AAC, da Junta de Ciências e da Comissão Nacional dos Estudantes Portugueses (CNEP). Em Assembleia Magma amplamente participada por milhares de estudantes é decretado o luto académico em 22 de Abril. Centena e meia de professores manifesta solidariedade com os estudantes. O MEN determina o encerramento da Universidade

(José Manuel Jara)

até aos exames em 5 de Maio. A 28 de Maio é decretada greve a exames em nova Assembleia Magna. A cidade de Coimbra é cidade dos estudantes em luta e a sua população é solidária com a revolta antifascista que se prolonga por meses. O governo encerra a AAC em Agosto. Quarenta estudantes mais destacados na luta são incorporados no exército. A luta, largamente vitoriosa, tem depois o período de recuo. Mas a semente foi lançada. Este movimento, foi premonitório no meio estudantil do fim do regime que se aproximava e o maior desmentido prático da demagogia liberalizante do marcelismo.

O movimento associativo estudantil tentou repetidas vezes consagrar-se numa vasta unidade abrangendo as várias academias. O fascismo temia tudo o que fosse movimento federativo de âmbito nacional, encontros, comemorações, iniciativas festivas ou organismos. Depois da "crise de Coimbra" já não haverá um movimento estudantil da mesma amplitude política.

Em Lisboa, algumas correntes no movimento estudantil contrariam o caráter unitário do movimento associativo. Há um pulular de tendências e grupúsculos que semeiam a divisão, confundindo os níveis de expressão ideológica, política e associativa. Alguns grupos difundem a ilusão de que serão a vanguarda das classes trabalhadoras e algumas associações deixam de refletir os anseios da maioria dos estudantes. Em Lisboa, a RIA deixa praticamente de existir. A repressão policial mantém-se e refina-se num ambiente de provocações, facilitado pela fragmentação do MA. A partir de 1972 há no entanto uma renovação de direções de AAEE que lutam pelo reforço e unidade do MA.

Para alguns historiadores este período, entre 1969 a 1974 é equivocadamente considerada como de politização e de verdadeira radicalização. A frase de mera propaganda contrapõe-se à ideia de conteúdo estratégico. Um exemplo. Quando o PCP e a União dos Estudantes Comunistas defendem a Reforma Geral e Democrática do Ensino, por uma democratização de todos os níveis do ensino em Portugal, visando o acesso geral do povo à educação, os originais divulgadores da grande frase defendem a "universidade popular". Que parece ser a mesma "universidade" com um conteúdo pedagógico "popular", uma mudança de programa para o mesmo escol. Ou o lema

(José Manuel Jara)

"todo o poder aos cursos" como paródia inconsciente da diretriz, "todo o poder aos sovietes"...

A luta contra a **guerra colonial** tem cada vez maior expressão no seio do movimento estudantil, mas os grupos radicalistas defendem quase todos a deserção e não a luta dentro das forças armadas, demonstrando a sua inconsequência prática.

No **25 de Abril**, depois do derrube do fascismo, termo da grande noite de meio século, quando o povo festeja à luz do dia a liberdade, quando a maioria dos jovens e estudantes celebram a grande conquista, alguns destes estudantes mantêm-se alheios à revolução, não a reconhecem, e escolhem como alvos os democratas revolucionários que fazem avançar a todo o vapor o comboio da História.

Lisboa, 3 de Outubro de 2014

José Manuel Jara

(Presidente da Pró-Associação de Estudantes de Medicina de Lisboa, em 1971/1972)